

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.162 - PR (2019/0207676-6)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : MAURY RODRIGUES DA CRUZ
ADVOGADOS : ROGERIA FAGUNDES DOTTI DORIA E OUTRO(S) - PR020900
VANESSA CRISTINA CRUZ SCHEREMETA - PR027134
PATRICIA DOMINGUES NYMBERG - PR027301
ANA BEATRIZ DOS SANTOS DE OLIVEIRA ROCHA - PR093325
AGRAVADO : GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA
ADVOGADOS : EDUARDO BASTOS FURTADO DE MENDONÇA E OUTRO(S) - RJ130532
FELIPE MENDONÇA TERRA - RJ179757
LUNA VAN BRUSSEL BARROSO - RJ224281
INTERES. : FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO : CELSO DE FARIA MONTEIRO - PR066785A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

DIREITO CONSTITUCIONAL, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR, RECEBIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM COMO TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE. DECISÃO PELA QUAL O JUÍZO DE ORIGEM DEFERIU A TUTELA ANTECIPADA PARA DETERMINAR A RETIRADA DE TODAS AS POSTAGENS INDICADAS NA PETIÇÃO INICIAL, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA. INSURGÊNCIA DOS REQUERIDOS (VEÍCULOS USADOS PARA PUBLICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES). CONFLITO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE INFORMAÇÃO (ART. 5º, INCISOS IX E XIV, DA CF) E PROTEÇÃO À INTIMIDADE (ART. 5º, INCISO X, CF).

PRINCÍPIOS DA RELATIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DA CONCORDÂNCIA PRÁTICA OU HARMONIZAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPATIBILIZAÇÃO. BUSCA PELA MAIOR PROTEÇÃO POSSÍVEL A TODOS OS INTERESSES EM CONFLITO, SEM SOBREPOSIÇÃO ABSOLUTA DE UM PELO OUTRO, DE

Superior Tribunal de Justiça

ACORDO COM AS CIRCUNSTÂNCIA DO CASO CONCRETO. PREFERÊNCIA PELAS SOLUÇÕES QUE PRIORIZEM A LIBERDADE DE EXPRESSÃO, PRÉ-CONDIÇÃO PARA O EXERCÍCIO ESCLARECIDO DOS DEMAIS DIREITOS E LIBERDADES. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. Caso concreto em que a parte Autora/Agravada pleiteia a retirada de todas as postagens indicadas na petição inicial, de sítios administrados pelos Requeridos/Agravantes, através das quais terceiros acusam o Autor de crimes sexuais.

2. “A liberdade de expressão desfruta de uma posição preferencial no Estado democrático brasileiro, por ser uma pré-condição para o exercício esclarecido dos demais direitos e liberdades. Eventual uso abusivo da liberdade de expressão deve ser reparado, preferencialmente, por meio de retificação, direito de resposta ou indenização.” (Rcl 22328, Relator (a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 06/03/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-090 DIVULG 09-05-2018 PUBLIC 10-05-2018) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Os embargos de declaração não foram providos pelo Tribunal de origem, adotando-se a seguinte ementa:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. NÃO VERIFICAÇÃO DE QUALQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NA LEGISLAÇÃO PARA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Nas razões do especial, a parte recorrente sustentou violação dos artigos 10, 282, § 1º, 300, 371, 1022 do Código de Processo Civil/2015, 17, 20, 21 do Código Civil, 3º, 7º e 8º da Lei 12.965/2014.

Suscitou omissão no acórdão recorrido, porquanto não teria analisado a alegação de ausência de intimação prévia do recorrente para se manifestar sobre a utilização, nas razões de decidir, de informação quanto ao recebimento de denúncia criminal, em suposta violação aos arts. 10 e 371 do CPC/2015.

No mérito, deseja a reforma do acórdão recorrido no sentido de retirar os

Superior Tribunal de Justiça

vídeos e URLs das plataformas dos recorridos.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

No tocante às alegações de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, verifico que essas não merecem prosperar, porquanto não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pelo recorrente.

Quanto à suposta omissão em relação aos arts. 10 e 371 do CPC/2015, o acórdão recorrido se manifestou nos seguintes termos (e-STJ, fl. 544):

A questão relativa ao recebimento de denúncia criminal foi apresentada no acórdão como *obiter dictum*, ou seja, fundamento lateral e acessório, não determinante para solução da controvérsia.

A questão relevante para julgamento do pedido é o conflito entre direitos fundamentais, bem como a melhor solução para o confronto aparente verificado na hipótese dos autos. Verifica-se, desta forma, a ausência de aplicabilidade das regras processuais invocadas ao caso concreto.

Ademais, mesmo que se admitisse, por hipótese, a existência de violação de regra processual, não haveria qualquer prejuízo ao Embargante, na medida em que o suposto vício versaria sobre questão lateral, que mesmo excluída da fundamentação do acórdão não seria capaz de alterar a conclusão alcançada. Desta forma, de acordo com o princípio da instrumentalidade das formas (art. 282, § 1º, CPC[1]), não há nulidade a ser reconhecida.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar no vício apontado, a propósito:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO ESTADUAL. AFRONTA AO ARTIGO 1022, II, DO CPC/15. INEXISTÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. REVOGAÇÃO DE TUTELA ANTECIPADA. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

Superior Tribunal de Justiça

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.
2. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.
3. É incabível a incidência de juros moratórios sobre valores a serem devolvidos em virtude de revogação de decisão que antecipou os efeitos da tutela por não haver fato ou omissão imputável ao autor da ação de revisão de benefício. Precedentes. Súmula nº 83/STJ.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.098.349/RS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 22.3.2018, DJe 4.4.2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO CONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.157.866/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13.3.2018, DJe 15.3.2018).

No tocante ao mérito, esta Corte, em sintonia com o disposto na Súmula 735 do STF (*Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar*), entende não ser, via de regra, cabível recurso especial contra decisão que aprecia pedido de liminar ou tutela de urgência, pois "é sabido que as medidas liminares de natureza cautelar ou antecipatória são conferidas à base de cognição sumária e de juízo de mera verossimilhança. Por não representarem pronunciamento definitivo, mas

Superior Tribunal de Justiça

provisório, a respeito do direito afirmado na demanda, são medidas, nesse aspecto, sujeitas à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmadas ou revogadas pela sentença final. Em razão da natureza precária da decisão, em regra, não possuem o condão de ensejar a violação da legislação federal" (AgRg no REsp 1159745/DF, Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 11/5/2010, DJe 21/5/2010).

No mesmo sentido, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PREVIDÊNCIA PRIVADA. DOIS AGRAVOS INTERNOS INTERPOSTOS PELO AGRAVANTE. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO SEGUNDO RECURSO EM FACE DO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. JULGAMENTO APENAS DO PRIMEIRO AGRAVO INTERNO. TUTELA DE URGÊNCIA. ANÁLISE DO MÉRITO DA AÇÃO PRINCIPAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 735 DO STF. PRESSUPOSTOS. REVISÃO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.
2. O processo sempre segue uma marcha tendente a um fim. Por isso, nele não cabem dois recursos de mesma natureza contra uma mesma decisão, conforme o princípio da unirrecorribilidade, porque electa una via non datur regressus ad alteram.
3. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que apenas a violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa. Súmula nº 735 do STF.
4. A alteração do entendimento do acórdão recorrido acerca da presença, ou não, dos requisitos necessários ao deferimento da tutela

Superior Tribunal de Justiça

de urgência demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, medida defesa em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

5. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação à aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1284281/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, Publicado em 19.11.2018, DJe de 22.11.2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA DE URGÊNCIA. SÚMULA 735 DO STF. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Em sede de recurso especial contra acórdão que nega ou concede antecipação de tutela, o exame feito por esta Corte Superior restringe-se à análise dos dispositivos relacionados aos requisitos da tutela de urgência ficando obstado verificar-se a suposta violação de normas infraconstitucionais relacionadas ao mérito da ação principal. Precedentes.

2. A concessão ou revogação da antecipação da tutela pela instância recorrida fundamenta-se nos requisitos da verossimilhança e do receio de dano irreparável ou de difícil reparação aferidos a partir do conjunto fático-probatório constante dos autos, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça o reexame dos aludidos pressupostos, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

3. Esta Corte, em sintonia com o disposto na Súmula 735 do STF (Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar), entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, pois "é sabido que as medidas liminares de natureza cautelar ou antecipatória são conferidas à base de cognição sumária e de juízo de mera verossimilhança. Por não representarem pronunciamento definitivo, mas provisório, a respeito do direito afirmado na demanda, são medidas, nesse aspecto, sujeitas à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmadas ou

Superior Tribunal de Justiça

revogadas pela sentença final. Em razão da natureza precária da decisão, em regra, não possuem o condão de ensejar a violação da legislação federal." (AgRg no REsp 1159745/DF, Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 11/05/2010, DJe 21/05/2010).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1292463/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, Publicado em 23.8.2018, DJe de 28.8.2018)

Ademais, ainda que possível, em tese, a análise do especial, seria imprescindível o reexame do contexto fático e probatório dos autos para a verificação dos pressupostos ensejadores da tutela antecipada, providência inviável nesta instância em face da Súmula 7/STJ, conforme os julgados abaixo:

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CAUTELAR - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - LEGITIMIDADE PASSIVA - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - CONCESSÃO - ANÁLISE DO MÉRITO DA DEMANDA EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL - REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 7/STJ - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO. (...)

IV - Ademais, a discussão quanto à existência dos requisitos para a concessão de tutela antecipada, em vista das peculiaridades da causa, demanda o reexame de matéria fática, circunstância obstada pelo enunciado 7 da Súmula desta Corte. (...)

(AgRg no Ag 1191213/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 29/6/2010)

CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE DOAÇÃO. TUTELA ANTECIPADA. DEFERIMENTO. INDISPONIBILIDADE DE QUOTAS. ASSEGURAR QUESTÕES RELATIVAS À REGULARIDADE NA ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO. REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7 DO STJ. AÇÃO DE NATUREZA PESSOAL. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PATRIMÔNIO DO DOADOR. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 211 DO

Superior Tribunal de Justiça

STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. (...)

II. O entendimento da instância ordinária a respeito de estarem ou não presentes os requisitos para a concessão de tutela antecipada não podem ser reexaminados por esta Corte, em face da Súmula n. 7 do STJ. (...)

(REsp 890.168/ES, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, DJe 5/4/2010)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

